



ATA

107ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CNPS

09 de março de 2005

Brasília - DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS**

DATA: 09 de março de 2005.

LOCAL: Sala de Reuniões do 9º Andar do MPS

I – PRESENÇAS

Representação do Governo

Helmut Schwarzer – Titular

MPS/SPC – Sérgio Ricardo dos Santos Rosa – Suplente

INSS/DIRBEN – João Laércio Gagliardi Fernandes – Suplente

MF – Julian Marcondes Viana de Assis – Suplente

MP/IPEA – Guilherme Costa Delgado - Suplente

Representação dos aposentados e pensionistas

Cobap - Marcelo Viana Estevão de Moraes – Titular

Cobap – Raimundo Nonato de Souza – Titular

CUT/SINTRAP – Epitácio Luiz Epaminondas – Titular

Cobap – Josepha Theotônia de Britto – Suplente

Representação dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Ricardo Patah – Titular

Contag – Evandro José Morello – Titular

CUT – Lúcia Regina dos Santos Reis – Titular

Representação dos empregadores

CNF – Jorge Higashino – Titular

CNC – José Idemar Ribeiro – Titular

CNI – Aurélio Márcio Nogueira – Suplente

CNT – Danielle Strohmeier Gomes – Suplente

Convidados:

MPS/SPS/CGLN – João Donadon

INSS – Ana Adail Ferreira de Mesquita

INSS/Dirben – Reinaldo Almeida

INSS/Gex Duque de Caxias – Jaidson A. Silva

INSS/PINMG – Alan do Nascimento Santos

INSS/PINMG – Gabriela Batista de Lima

INSS/PINMG – Beatriz O. Mercuri

INSS/DGPAI – José Roberto Senno

Ausências:

MPS – Amir Lando – Titular

MPS – Liêda Amaral de Souza – Suplente

MPS/SPC – Adacir Reis – Titular

INSS – Carlos Gomes Bezerra – Titular

MF – Marcos de Barros Lisboa – Titular

MP – Eduardo Cezar Gomes – Titular

CNA – Rodolfo Tavares – Titular

1 **I – ABERTURA**

2

3 Presidiu a reunião, o Sr. Secretário Executivo do CNPS e também Secretário de
4 Previdência Social Helmut Schwarzer. Deseja boas vindas a todos e aos novos
5 conselheiros Ricardo Patah e João Laércio. Aproveita para justificar a ausência do
6 Sr. Ministro da Previdência Social e da Sr^a. Secretária Executiva, em virtude de
7 terem de comparecer, respectivamente, ao Palácio do Planalto e a uma reunião da
8 Dataprev marcada para a mesma data da reunião de que se trata e aproveitou o
9 ensejo para solicitar aos senhores conselheiros que observem as datas das futuras
10 reuniões do CNPS para evitar a superposição de eventos.

11

12 **II - EXPEDIENTE**

13 Passando ao expediente, o Sr. Presidente submeteu a Ata da 106^a Reunião
14 Ordinária do CNPS à aprovação dos (as) senhores (as) conselheiros (as) e, não
15 havendo nenhuma modificação a ser feita, a mesma foi aprovada por unanimidade.

16

17 **INFORMES:**

18 Com relação aos informes, o Senhor Presidente Helmut Schwarzer informa aos
19 conselheiros que os mesmos possuem em suas pastas a planilha de
20 acompanhamento da instalação dos Conselhos de Previdência Social, informando
21 que tiveram, recentemente, a instalação do Conselho de Previdência Social na
22 Gerência Executiva de Duque de Caxias, e relatando que o conselheiro Raimundo
23 esteve presente na instalação do Conselho. Informou ainda que dos 96 conselhos 79
24 estão instalados. Deixou claro que como é questão de 17 conselhos que ainda
25 faltam, imagina que ao longo do primeiro semestre seria possível avançar, completar
26 o ciclo da instalação de Conselhos de Previdência. Informa que são quatro que
27 ainda faltam no Rio Grande do Sul, um em Passo Fundo, um em Caxias do Sul,
28 Uruguaiana e Pelotas que ainda faltam, e que com isso é quase uma quarta parte
29 desses 17 Conselhos que ainda faltam. Faltam 2 Conselhos em Pernambuco e 4
30 conselhos na Bahia. Informa que nos dias 14 e 15 de Março haverá o próximo
31 encontro de capacitação de Conselheiros dos Conselhos de Previdência da região
32 Leste de São Paulo, que são 10 Conselhos, e a reunião será em Santos, nos dias 14
33 e 15 de Março. Informa ainda aos senhores conselheiros e às senhoras conselheiras
34 a intenção de um estudo de avaliação do fator previdenciário que ficou pendente na

35 última reunião do ano passado. Esclarece que foi enviado um ofício ao Senhor
36 Diretor-Presidente do IPEA sobre a possibilidade de ser feito um convênio mediante
37 termo de cooperação técnica, pois existe carência nesse sentido, especialmente no
38 que tange à realização de pesquisas de uma forma geral.

39

40 O Senhor Conselheiro Marcelo Viana Estevão Moraes, da Cobap, lembra que em
41 reunião passada, com relação ao tema, quando fora tratada a questão da base-folha
42 para financiamento da Previdência e eventual adoção de um projeto de Lei que
43 viesse substituir parte da folha pelo faturamento foi discutida a possibilidade de se
44 fazer uma pesquisa para ver qual foi o impacto concreto que o SIMPLES teve sobre
45 as relações de trabalho, sobre a formalização desse segmento, e lembrou ao Senhor
46 Presidente Helmut Schwarzer que seria importante voltar a esse assunto também,
47 caso o convênio citado anteriormente prospere para que tal termo possa ser objeto
48 de estudos. Ressaltou ainda que outro item que julgava relevante e que deveria
49 também ser objeto de comemoração por todos seria o excelente seminário sobre
50 inclusão social que a Secretaria de Previdência Social organizou em Recife,
51 permitindo se observar uma determinada perspectiva que se tinha em relação aos
52 impactos do crescimento econômico e sobre a formalização do emprego. Destacou a
53 importância da informalidade para o país e para o sistema previdenciário,
54 informando que quando o Ministério da Previdência percebeu que havia esse
55 problema no mercado de trabalho, adotou diversos mecanismos de financiamento da
56 Previdência em que se fugia do vínculo empregatício celetista para tratar da
57 questão, e, desta forma, foram adotadas normas na área de financiamento voltadas
58 para os autônomos que prestavam serviço à empresa. Solicita, por fim, que o tema
59 ao qual se referiu, que diz respeito à discussão que tiveram sobre substituição das
60 fontes de financiamento, deve merecer análise mais apurada, até com uma certa
61 urgência.

62

63 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer destaca que a pesquisa realizada pela
64 Secretaria de Previdência Social trazida através do Informe da Previdência Social
65 distribuído aos conselheiros com o tema “Mercado de Trabalho: Tendências da
66 Última Década e Implicações para a Previdência Social” oferece certo alento no
67 sentido de que é possível que o mercado de trabalho brasileiro, que ao longo da
68 década de noventa estava em deterioração, tenha revertido essa tendência no final

69 dos anos noventa, mais precisamente em 1999. Frisou ainda que tanto a
70 desvalorização cambial, quanto a mudança do modelo macro-econômico, e ainda,
71 certamente, as operações legais na forma de contribuição para a Previdência Social,
72 que equalizaram o custo de diversas formas de contratação, influenciaram esse
73 processo. Esclareceu que seria importante continuarem investigando tal processo
74 também. Sugeriu que se passasse uma lista de assuntos a serem pesquisados,
75 dentre eles questões da área de saúde e segurança do trabalhador, população
76 potencialmente previdenciária, etc, e que devem ser utilizados conhecimentos
77 recentes na área da economia de saúde para que se possa também tratar de tais
78 problemas, especialmente os sérios problemas que se apresentam com relação à
79 área de benefício por incapacidade. Informa que todos esses assuntos serão
80 levados à Diretoria de Política Social do IPEA com a finalidade de se saber se é
81 possível realizar pesquisas a esse respeito. Informa ainda que está em tramitação
82 na Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo, o projeto número
83 1.547, que ratifica a Convenção 102 da OIT – Organização Internacional do
84 Trabalho, estabelecendo patamares mínimos para a proteção social nos países que
85 são signatários dessa Convenção. Torna os presentes cientes de que o Brasil ainda
86 não se ratificou até hoje. Informou aos mesmos quais as ações que tanto os
87 Governos passados quanto o atual fizeram nesse sentido, inclusive citando o envio
88 de uma correspondência ao Itamaraty onde se sugeria a ratificação. Alertou sobre a
89 importância da mesma para o país, dizendo que seria uma conquista para o mesmo,
90 e submeteu à apreciação dos conselheiros e conselheiras uma recomendação
91 aprovando urgência na tramitação desse Projeto de Decreto Legislativo.

92

93 O Senhor Marcelo Viana Estevão Moraes indagou se na verdade existiam duas
94 propostas, uma de recomendação e outra de moção.

95

96 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer expõe que tal diferença fica a critério dos
97 conselheiros. Esclarece que se deve escolher entre uma recomendação ou uma
98 moção.

99

100 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer indaga aos conselheiros se os mesmos
101 concordam em aprovar uma recomendação. Foi colocado apenas a necessidade de

102 se especificar no texto da Convenção o número 102. Com a concordância de todos
103 os presentes, o Presidente declarou aprovada a recomendação.

104 **DELIBERAÇÃO: A recomendação foi colocada em votação e aprovada por**
105 **unanimidade dos presentes com o seguinte teor: “RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE**
106 **09 DE MARÇO DE 2005: O CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL,**
107 **em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de março de 2005,**
108 **Considerando a Convenção nº 102 de Seguridade Social da Organização**
109 **Internacional do Trabalho – OIT, que estabelece critérios para atendimento dos**
110 **benefícios previdenciários básicos dos trabalhadores, Recomenda: Urgência**
111 **na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo 1.547/04, que ratifica a**
112 **Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre**
113 **normas mínimas de Seguridade Social adotada em Genebra em 28 de junho de**
114 **1952; Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação. AMIR**
115 **LANDO Presidente”.**

116
117 O Presidente passa a palavra ao Senhor João Donadon, Coordenador Geral de
118 Legislação e Normas da Secretaria da Previdência Social, para dar mais um informe
119 sobre a legislação Prouni e seus impactos sobre a previdência.

120
121 O Senhor João Donadon cumprimentou os presentes e lembrou que esse mesmo
122 Conselho já havia solicitado manifestação de apoio à Medida Provisória número 213.
123 Dissertou sobre a mesma, dando ênfase aos artigos 10, 11 e 12, bem como seus
124 respectivos parágrafos. Iniciou falando que os presentes já conheciam o texto inicial
125 que fora proposto na Medida Provisória. Detalhou bastante todos os itens relevantes
126 de tais artigos, a problemática de cada um deles, as suas sugestões de modificação
127 ao texto da Medida Provisória e se colocou à disposição para maiores
128 esclarecimentos.

129
130 Srª Conselheira Josepha Theotônia de Britto, da Cobap, solicitou a palavra e iniciou
131 parabenizando o conselheiro João Donadon pela explicação e pela luta. Deixou claro
132 ser difícil defender a Previdência, seja qual for o Governo que se tenha.

133

134 Sr. Evandro José Morello, da Contag, usando da palavra, reiterou o agradecimento
135 da Conselheira Josepha e expôs suas dúvidas sobre mudanças de gêneros das
136 instituições.

137

138 O Senhor João Donadon esclareceu que o dispositivo é permanente, ou seja, está
139 autorizado que a entidade filantrópica que quiser deixar de ser filantrópica pode fazer
140 alterações estatutárias e transformar-se numa sociedade empresarial. Citou que algo
141 que não estava constante na Medida Provisória é que a partir do quarto ano de
142 vigência ela passa a recolher integralmente, ela poderia deixar de ser filantrópica,
143 mas ela teria que recolher integralmente. Informa que há uma proposta de fazer uma
144 alteração no Código Civil para estabelecer um dispositivo na própria Lei Civil que, no
145 caso da extensão da sociedade beneficente de assistência, o patrimônio
146 necessariamente passaria para o Poder Público, municipal, estadual ou federal, caso
147 a entidade tivesse ação exclusivamente no município, em vários municípios do
148 mesmo estado ou em municípios de estados distintos e, nesse caso, o Estado
149 decidiria o que fazer. Como explanação, citou o caso da Universidade de Marília, a
150 qual se transformou em Sociedade Civil, existindo uma proposta de modificação na
151 própria Constituição sobre arrecadação tributária de empresas filantrópicas e civis.

152

153 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer agradeceu a explicação do Sr. João
154 Donadon, seu empenho em tal questão. Agradeceu as palavras da Conselheira
155 Josepha e esclareceu à mesma que o posicionamento não é contra os empresários
156 e sim contra os maus empresários, aqueles que procuram abusar da Previdência
157 Social e utilizaram esse tipo de porta para conseguir isenções de contribuição
158 indevidas. Ressaltou a relevância das alterações no texto da Medida Provisória,
159 dizendo que a mesma foi publicada sem uma prévia consulta a esta Secretaria,
160 mesmo tocando em assuntos de suma importância para a mesma.

161

162 O Sr. João Donadon, ainda falando sobre a Medida Provisória, voltou ao assunto do
163 ProUni e diferenciou Assistência Social de Educacional, no tocante a isenção
164 previdenciária.

165

166 Sr. Sérgio Ricardo dos Santos Rosa, do MPS/SPC, expôs sua dúvida sobre
167 inconstitucionalidade do quesito.

168

169 Sr. João Donadon, com a palavra, esclarece que existe uma liminar concedida em
170 favor das entidades alegando inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei, e
171 evidentemente esse dispositivo enfraquece um pouco a produção da Previdência na
172 defesa desse dispositivo. Informou que é uma questão que não vale a pena brigar.
173 Colocou que julga importante tentar consertar, na medida do possível, dali para
174 frente.

175

176 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer sugeriu que o material fosse enviado por e-
177 *mail* aos conselheiros para maiores esclarecimentos. Alertou que havia ainda na
178 pasta dos conselheiros o Regulamento da Comissão de Altos Estudos
179 Previdenciários – CAEP, para análise e apreciação. Esclareceu que foram feitas
180 algumas alterações, a retirada de algumas redundâncias na versão inicial e disse
181 estar em condição não confortável para colocar o referido texto em votação naquele
182 instante, sugerindo deixar para o final da reunião ou início da próxima, para que os
183 conselheiros possam ter a oportunidade de ler o texto e ver se concordam. Sugere
184 tempo para análise.

185

186 Sr. Marcelo Viana Estevão de Moraes sugere que seja formalizada uma resolução
187 aprovando o regulamento da CAEP.

188

189 **III - ORDEM DO DIA**

190 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer passa à ordem do dia, informando que
191 existe um pedido de inversão de pauta, onde ao invés de falar sobre o programa da
192 melhoria do atendimento naquele momento, pelo fato do Sr. José Roberto Senno ter
193 problemas de estar naquele horário, foi proposto falar primeiro sobre o segundo
194 ponto, que são as ações relativas ao cumprimento da Resolução 1.251, de
195 27/10/2004, do CNPS.

196

197 Sr. Raimundo Nonato, da Cobap, faz um registro sobre os informes que a Cobap
198 distribuiu antes do início da reunião. Solicita a participação de todos os conselheiros
199 em um seminário que realizar-se-á no Hotel Nacional, a partir do dia 30.

200

201 O Sr. Ricardo Patah, da Força Sindical, chega à reunião, se apresenta e se desculpa
202 pelo atraso na reunião.

203

204 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer o cumprimenta, agradecendo a presença e
205 ressaltando que essa é sua primeira vez participando da reunião do CNPS. O
206 Presidente solicita a Sr^a. Ana Adail que dê início ao primeiro item da ordem do dia.

207

208 Sr^a. Ana Adail, da Diretoria de Benefícios do INSS, com a palavra, esclarece que
209 possuía 90 dias para apresentar propostas para a redução de PAB. Explica que a
210 validação por 2 servidores já está implantada, inclusive também na emissão de PAB
211 foi implementada a obrigatoriedade do CPF, forma essa de controle para que se
212 tivesse maior segurança na emissão de PAB, quer seja emitido pela agência da
213 Previdência Social, quer seja pelo sistema central. Esclarece que o último item da
214 resolução era ampliar o convênio com a Secretaria da Receita Federal para
215 compartilhamento das bases de dados visando controle de concessão e manutenção
216 dos benefícios. Explana as estatísticas acerca dos PAB's. Demonstrou todos os
217 motivos de PAB's que estão sendo atualizados, ressaltando que existem dois tipos
218 novos que foram criados para pagar a diferença da revisão do IRSM. Mostra o
219 comparativo que foi feito entre a quantidade de benefícios emitidos versus
220 modalidade de pagamento e colocou a fragilidade que se tem na modalidade de
221 conta corrente, porque não vem a prestação de conta para o INSS, uma vez que não
222 se tem esse retorno. Explica as taxas cobradas pela Dataprev para processamento e
223 citou que a redução para o INSS representativamente seria com relação à tarifa
224 bancária, porque, com a redução do PAB, o INSS passa a creditar normalmente no
225 domicílio bancário do segurado, quer seja conta corrente, quer seja cartão
226 magnético. Esclarece que o importante de tudo isso na resolução são as propostas
227 do INSS e informou que têm sido trabalhado tal aspecto de outubro a dezembro.
228 Informa a importância de colaboração da Febraban para emenda ao protocolo da
229 mesma, troca diária dos arquivos de crédito e de irregularidades, mediante adesão
230 da rede bancária. Informou que partiu-se para a Dataprev, indagando-se o que a
231 Dataprev poderia oferecer a curto prazo para que se fosse implantada a troca de
232 arquivo diária. Informa ainda que a Dataprev apresentou ao INSS a implantação de
233 uma nova rotina com os créditos gerados pelo Sistema Central. Esclarece que a
234 segunda fase implica em maiores alterações. Ressalta que outro estudo que

235 também está sendo trabalhado para a redução do PAB é com relação às cessações
236 ao período de perícias médicas mantidas pela clientela. Explica sobre a
237 necessidade dos diversos batimentos de informações dos órgãos envolvidos para
238 melhorar a qualidade da informação. Apresenta em transparência as determinações
239 acerca das ações que foram desenvolvidas para dar cumprimento à resolução 1.251,
240 de 27/10/2004, a respeito do PAB. Com relação ao Estudo da dinâmica do DCB, ela
241 cita a DATAPREV, que alertou sobre a impossibilidade de seguir com o cronograma
242 proposto. Sugere um prazo de um mês e meio para o cumprimento do mesmo.
243 Explica os motivos discutidos com a Dataprev, apontando definições de crédito diário
244 e formalização de sistemas na Fase I e Fase II. Por fim Sr^a. Ana Adail ressalta a
245 dependência de sua Coordenação à Dataprev e à Febraban.

246

247 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer passa a palavra ao Sr. Jorge Higashino do
248 CNF, que agradece a exposição do assunto feito pela Sr^a. Adail e segue dando
249 esclarecimentos e formulando indagações. Indagada pelo Sr. Jorge Higashino sobre
250 os valores de 131 mil PAB's para 1.400 bilhões de reais, a Sr^a. Adail informa que
251 sugeriu à Dataprev a verificação do erro. Sr. Higashino a parabeniza pelo trabalho
252 realizado. Ela se coloca à total disposição para qualquer futuro esclarecimento sobre
253 o assunto.

254

255 Dr. Marcelo Estevão com a palavra, cumprimenta a Sr^a. Ana Adail pela exposição,
256 pelo alinhamento. Coloca suas dúvidas sobre o que foi dito. Falou sobre o
257 restabelecimento do auxílio-doença, que o mesmo seria o grande peso nos PAB's.
258 Explanou valores em discussão com a Sr^a. Ana Adail e solicitou que fosse feita uma
259 análise da situação para identificação urgente na apuração dos valores elevados,
260 comparativamente aos benefícios arrecadados, apontando para irregularidades.

261

262 Mais uma vez Sr^a. Ana Adail reitera a sua solicitação de esclarecimentos por parte
263 da Dataprev para mostrar onde é o processamento e detalhá-lo ao INSS.

264

265 Sr. Marcelo Viana solicita mais uma vez uma recomendação formal aos setores de
266 controle interno, auditoria, para que fizessem uma análise da situação.

267

268 Sr^a. Ana Adail, ainda em debate, informa que cabe à Divisão de Acordos e
269 Convênios fiscalizar e fazer supervisão nas empresas conveniadas, como faz com
270 as entidades de classe, para verificar se realmente o valor está sendo repassado à
271 clientela.

272

273 Sr. Marcelo Viana pede esclarecimentos à Sr^a. Ana Adail sobre as modalidades de
274 pagamento conta corrente fita e conta corrente listagem, a qual presta os
275 esclarecimentos.

276

277 Sr Higashino, com a palavra, ressalta a importância de esclarecimentos sobre
278 benefícios creditados em conta corrente. Falou sobre o repasse dos cartórios ao
279 INSS das informações sobre falecimento para que o INSS tivesse esse controle.

280

281 O Sr. Marcelo Viana indaga se o Sistema de Informações de Óbitos está
282 funcionando satisfatoriamente. Falou sobre a problemática dos cartórios não
283 informatizados.

284

285 Sr^a. Ana Adail toma a palavra e segue dando esclarecimentos sobre dúvidas
286 levantadas pelo Sr. Marcelo Estevão. Ela reitera a importância máxima da
287 atualização do cadastro e de que mesmo que o Sisob forneça as informações ao
288 INSS, mesmo assim corre-se o risco de, no cruzamento de informações, não serem
289 detectadas as necessidades de atualizações. Esclarece sobre a importância do
290 batimento de dados com a Receita Federal, utilizando o CPF, e explana todos os
291 passos de cruzamento de informações, além de explicar a fragilidade de algumas
292 ferramentas.

293

294 Sr Marcelo Viana sugere um maior controle de arrecadação e pagamento de
295 benefícios, comparativamente.

296

297 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer sugere ao Sr. Marcelo que as dúvidas
298 sejam apresentadas num conjunto de perguntas, devido ao curto tempo e garantindo
299 que cada um dos Conselheiros presentes possa também se pronunciar.

300

301 Sr. Marcelo Viana indaga à Sr^a. Ana Adail sobre se o objetivo seria mudar a
302 periodicidade da perícia médica. Sr^a. Ana Adail dá esclarecimentos sobre a alteração
303 de limites no período de perícia médica, em como isso seria relevante.

304

305 Sr. Higashino expõe suas dúvidas a respeito da IN 98 no que tange ao problema do
306 período entre as perícias médicas.

307

308 Sr^a. Ana Adail pede desculpas por não estar inteirada do assunto e se coloca à
309 disposição para adquirir maiores esclarecimentos e repassá-los ao Sr. Higashino.

310

311 Sr. João Laércio, do INSS, pede a palavra e agradece toda a exposição da Sr^a. Ana
312 Adail, ressaltando a importância dos questionamentos dos conselheiros Marcelo e
313 Higashino. Ressalta que serão contratados novos concursados para as vagas de
314 médicos-peritos.

315

316 Sr^a. Josepha com a palavra, expressa seu desejo por informações pelo fato de ter
317 tido acesso a uma informação na mídia que dizia que o número de perícias médicas
318 seria limitada para cada profissional, com o intuito de evitar fraude e uma série de
319 coisas, mas ao mesmo tempo pensa que isso poderá trazer prejuízo aos doentes.
320 Solicita que o Conselho reforce o acompanhamento às perícias médicas,
321 ressaltando o risco de que os realmente doentes possam estar deixando de receber
322 seus benefícios. Ela sugere que até o dia 30 seja feita uma discussão profunda
323 sobre o auxílio-doença.

324

325 O Sr. Presidente Helmut Schwarzer aponta que o assunto realmente merece uma
326 maior análise para um possível maior controle, ficando sugerida a data de 30/03
327 para que se realize a reunião para essa questão.

328

329 Sr. Laércio, com a palavra, diz que há mesmo um problema gerencial no
330 acompanhamento dos auxílios-doença concedidos.

331

332 Sr. Epitácio Epaminondas, da CUT/SINTRAP, toma a palavra, agradece a todos e se
333 diz satisfeito com a proposta de uma outra reunião sobre o assunto acima citado.

334

335 Dr. Evandro pede esclarecimentos sobre o recadastramento completo de CPF. Sr^a.
336 Ana Adail esclarece que haverá batimentos periódicos, sendo que a finalização do
337 processo de cadastramento está prevista para 07 de Setembro.

338

339 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer ressalta a proposta de recomendação
340 sugerida pelo Sr. Marcelo Estevão, que toma a palavra e expõe suas demandas: -
341 disparidade nos valores pagos (1.888 PAB's cancelados e pendentes); - controle de
342 pagamentos em conta corrente, que, em sua opinião, merece um refinamento.

343

344 Sr. Presidente Helmut Schwarzer acata todas as sugestões apresentadas por Sr.
345 Marcelo Estevão e segue adiante sugerindo maior debate sobre o primeiro assunto
346 da pauta, que voltará a ser discutido na próxima reunião do Conselho, em 30 de
347 março. Passou então para o próximo item da pauta: Novo Modelo de Gestão.

348

349 Com a palavra, o Sr. Alan, que se apresenta como Gerente de Projeto do Novo
350 Modelo de Gestão do INSS, expõe, tecnicamente, o projeto como um todo. Cita o
351 Proast e o ProPrev. Fala sobre o processo de modernização, conceituando ambos
352 que foram citados anteriormente. Disserta sobre a existência, dentro do INSS, de
353 várias áreas com suas próprias diretrizes, sem qualquer integração e das
354 dificuldades que isso gerava. Explana o histórico da necessidade de um projeto
355 coerente, onde houvesse convergência de idéias, seguindo-se para todas as
356 dificuldades encontradas para a implantação de tal projeto. Fala sobre a dificuldade
357 que existiu da falta de consenso dentro da Casa para criação de estratégias de
358 implantação desse plano tecnológico. Citou ainda que, paralelo a tudo o que estava
359 acontecendo, o Comitê de Gestão e Estratégia da Previdência Social havia dado a
360 diretriz da implantação do novo modelo de gestão, sob um contexto até mais amplo,
361 que envolvia a própria mudança tecnológica. Concluindo sua apresentação, volta a
362 palavra ao Sr. Helmut, que abre a mesa para debates sobre a exposição feita pelo
363 Sr. Alan, sugerindo que Sr. Marcelo Viana tome a palavra. Sr. Marcelo Viana elogia
364 o trabalho minucioso apresentado, agradece pela explanação clara e didática
365 apresentada pelo Sr. Alan e diz que o mesmo está com total domínio do assunto.
366 Esclareceu que pensa que a estratégia está correta e ainda que há de se concentrar
367 esforços na definição de prioridades de implementação gradual e integrada. Sr. Alan

368 coloca aos Senhores Conselheiros que o projeto está aberto para maiores
369 detalhes.

370

371 Sr. Marcelo Viana solicita o material via *e-mail*. Sr. Alan afirma que irá passar o
372 material aos Senhores Conselheiros.

373

374 Sr. Sérgio Rosa, com a palavra, parabeniza também a apresentação por parte do Sr.
375 Alan, reafirma todos os predicados citados pelo Sr. Marcelo Viana e fala dos meios
376 burocráticos administrativos de execução financeira e orçamentária. Destacou a
377 importância de um planejamento de no mínimo 6 meses de antecedência, para
378 superar todas as dificuldades que possam aparecer. Solicitou apenas ao Sr. Alan
379 que considerasse a questão da execução, por se ter toda a estrutura, porém não ter
380 o *time* necessário para a execução, para as compras, para as contratações etc.

381

382 Sr. Presidente Helmut Schwarzer solicita a palavra ao Sr. Higashino e indaga se
383 mais algum conselheiro gostaria de usar a palavra. Passa a palavra ao conselheiro
384 Higashino para tecer seus comentários, posteriormente ao conselheiro Evandro e
385 por final, ao Sr. Alan, para que desenvolva suas considerações finais.

386

387 Sr. Higashino parabeniza o Sr. Alan pela apresentação, porém indaga sobre a
388 questão de prazos do que estaria sendo executado e, dentro da prioridade
389 escolhida, como é que seria conduzida a execução desses trabalhos. Faz ainda
390 considerações sob o ponto de vista orçamentário.

391

392 Sr. Evandro Morello toma a palavra. Inicia parabenizando o Sr. Alan pela exposição.
393 Coloca em discussão a aquisição de equipamentos e recursos para a conclusão do
394 projeto apresentado por Sr. Alan.

395

396 Sr. Alan, de volta com a palavra, agradece imensamente às observações feitas à
397 sua apresentação. Inicialmente esclarece sobre a questão das aquisições. Esclarece
398 que no momento ainda estão dentro da margem de tempo que o banco colocou.
399 Falou ainda sobre as prioridades dos trabalhos a serem realizados.

400

401 Sr. Evandro Morello indaga se os recursos disponíveis estão dimensionados para as
402 prioridades citadas pelo Sr. Alan.

403

404 Sr. Alan esclarece que os recursos estão dimensionados para os trabalhos nos
405 próximos 2 anos, sendo que a aplicação do novo modelo de gestão é algo para
406 muito mais tempo, por isso o estabelecimento de prioridades, especialmente de
407 coisas que tenham um caráter reversível.

408

409 Sr. Presidente Helmut Schwarzer toma a palavra, parabeniza Sr. Alan pela
410 apresentação e alerta para o horário avançado. Sugere que os trabalhos que ainda
411 deverão ser apresentados fiquem pendentes para a próxima reunião, no dia 30.

412

413 Sr. Marcelo Viana interrompe sugerindo que o debate da próxima reunião não fique
414 restrito à questão perícia médica. Falou da importância do tema levantado pela
415 conselheira Josepha sobre benefícios por incapacidade e auxílio-doença. Ressaltou
416 então a relevância de se tentar encaminhar o assunto.

417

418 Sr Ricardo Patah com a palavra, agradece a todos pela hospitalidade percebida na
419 reunião, visto que esta é a primeira vez em que participa de uma reunião do CNPS.
420 Pede a atenção de todos para o informativo Voz Comerciária, distribuído a todos os
421 Conselheiros presentes à Reunião.

422

423 Sr. Presidente Helmut Schwarzer com a palavra, indaga se o Sr. José Roberto
424 Senno, do INSS, teria alguma consideração a fazer, dado que o assunto a ser
425 tratado por ele, Programa de Melhoria do Atendimento, seria adiado para a reunião
426 seguinte. O Presidente fala de um convênio assinado pelo Ministério das Cidades
427 para que uma série de imóveis seja utilizada pela Previdência. Passa então a
428 palavra ao Conselheiro Senno.

429

430 Sr. José Roberto Senno relata sua trajetória no empenho de suas atividades e as
431 dificuldades encontradas em termos de estruturação. Ressalta a falta de recursos
432 para a manutenção dos imóveis do INSS. Informa que nos últimos dois anos vem
433 sendo feita uma regularização de imóveis com recursos aplicados. Cerca de 7.500
434 unidades habitacionais no Rio de Janeiro estão em processo de regularização.

435 Informa que em 2003 foi constituído um grupo interministerial para a elaboração de
436 políticas que visassem a regularização de imóveis. Fala ainda sobre a criação de um
437 acordo de intenções criado entre vários órgãos e que visava o mesmo objetivo. Cita
438 que tais políticas visam resolver problemas inerentes à Previdência Social, bem
439 como problemas sociais. Destaca ainda a importância da parceria com o TCU, a fim
440 de uma correta legislação no que tange à locação desses imóveis. Fala ainda da
441 problemática da burocracia, que torna mais lento o processo. Destacou que existem
442 várias propostas para a solução dos problemas, bem como a perspectiva de
443 alcançar uma solução adequada ao problema. Alerta ainda para as dificuldades de
444 andamento desses projetos devido à curta gestão dos dirigentes.

445

446 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer abre a palavra ao conselheiro Evandro.

447

448 O Sr. Evandro expõe sua dúvida ao Sr. Senno, indagando quem seria a autoridade
449 competente para o esclarecimento da mesma. Sr. Senno faz esclarecimentos sobre
450 propriedades rurais e sobre o avanço das cidades por sobre as mesmas e encerra
451 sua participação na reunião.

452

453 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer passa a palavra à conselheira Josepha,
454 destacando o curto tempo que a mesma tem para expor suas idéias ou colocar
455 questionamentos.

456

457 Sr^a. Josepha, com a palavra, destaca que a questão da reunião no período da
458 manhã e tarde é uma solicitação antiga da mesma. Coloca para o Conselho uma
459 situação ocorrida onde um aposentado morre na fila onde aguardava por 12 horas
460 um atendimento, destacando que isso não pode acontecer.

461

462 Sr. Presidente Helmut Schwarzer reitera falando da problemática das filas e passa a
463 palavra ao conselheiro Raimundo Nonato. O mesmo expõe sua insatisfação com
464 relação ao trabalho da mídia nesses casos, ressaltando que a mesma coopera muito
465 para a má imagem da Casa, e pede retorno e contra-ataques a essas divulgações
466 negativas.

467

468 Sr. João Laércio disserta sobre a problemática da mídia e fala ainda da questão das
469 filas. Esclarece ainda que essa é uma questão política, pois envolve recursos,
470 envolve contratações, e que se tratam de N problemas. Informa que estão
471 trabalhando muito em cima dessa questão e que espera que se repercutam na mídia
472 as informações sobre as medidas que estão sendo implementadas.

473

474 Sr. Epitácio Epaminondas coloca que o Conselho deve manter uma posição de
475 cobranças para resolução dos problemas habitacionais, que as cobranças devem
476 ser feitas todos os dias.

477

478 Sr. Aurélio Nogueira, com a palavra, sugere ao Presidente do Conselho uma análise
479 maior do FAB.

480

481 Sr. Presidente Helmut Schwarzer responde ao Sr. Aurélio Nogueira, expondo as
482 medidas tomadas recentemente sobre o assunto. Esclarece a respeito do texto final
483 do Decreto, que ainda não foi editado, informando que o mesmo estará acessível
484 antes de sua publicação. Passa a palavra ao conselheiro Evandro.

485

486 Sr. Evandro fala sobre a revisão de benefícios da Previdência, informando que os
487 jornais já estão dando por causa ganha o processo relativo a esse assunto. Destaca
488 ainda que tal fato pode representar um verdadeiro rombo à Previdência, rombo esse
489 de cerca de 8 bilhões de reais. Sugere que tal assunto seja abordado na próxima
490 reunião.

491

492 O Senhor Presidente Helmut Schwarzer explica que há confusões geradas nas
493 informações emitidas pela mídia com relação a recursos e esclarece para os
494 conselheiros presentes que são dois assuntos diferentes. Inicialmente fala sobre a
495 questão da revisão das aposentadorias, pela informação que obteve de que não
496 haveria mais condição de sucesso em recursos, porém, tal assunto representaria
497 uma quantia de aproximadamente 1 a 2 bilhões de reais. Esclareceu que o caso do
498 passivo de 8 bilhões de reais seria de outro assunto, referente a uma ação movida
499 por pensionistas que adquiriram o benefício anteriormente a 1995 e requerem junto
500 à Justiça equidade com os que adquiriram posteriormente a essa data. Cita,

501 porém, que tal valor corresponde a um valor potencial, que pode ser aplicado caso o
502 Ministério da Previdência Social perca na instância do Supremo Tribunal Federal.

503

504 O Sr Marcelo sugere a aprovação do regulamento da CAEP – Comissão de Altos
505 Estudos Previdenciários, por se tratar de assunto óbvio e solicita esclarecimentos
506 sobre informações que devem constar do texto do regulamento, como o mandato de
507 cada membro da CAEP. O Sr. Presidente sugere mandato de dois anos, o que foi
508 acatado por todos.

509

510 Sr. Sérgio Rosa, com a palavra, informa não ter lido o documento do regulamento da
511 CAEP com a devida antecedência, solicitando que fosse excluído. Questiona uma
512 referência no mesmo à legislação do Conselho Nacional de Previdência Social.

513

514 O Sr. Presidente Helmut Schwarzer esclarece sobre a soberania do Conselho
515 Nacional de Previdência Social.

516

517 Sr. Sérgio Rosa indaga o fato da criação da CAEP representar a criação de um novo
518 órgão. Ressalta que a mesma, como Comissão, deve assessorar os trabalhos do
519 Conselho Nacional de Previdência Social.

520

521 Sr. Marcelo Estevão acredita que não há sentido na discussão sobre a aprovação do
522 regulamento da CAEP, esclarecendo que a CAEP já foi criada e o que estava em
523 discussão era somente a aprovação do regulamento da mesma.

524

525 O Sr. Presidente Helmut Schwarzer disserta sobre o artigo primeiro da CAEP,
526 sugerindo modificação do texto para atender às solicitações do Sr. Sérgio Rosa,
527 deixando claro que a CAEP consiste num órgão de assistência ao Conselho
528 Nacional de Previdência Social.

529

530 Sr. Sérgio Rosa diz que não faz nenhuma objeção ao regulamento da CAEP.

531

532 O CNPS aprova o regulamento da CAEP através de resolução.

533

534 **V - ENCERRAMENTO:**

535 Após todos os assuntos discutidos, o Senhor Presidente Helmut Schwarzer toma a
536 palavra e solicita aprovação da agenda para a próxima reunião, sugerindo a data de
537 30 de Março. Após a indagação dos senhores conselheiros e a sugestão de que
538 fossem agendadas todas as próximas reuniões, deixando em aberto apenas os
539 horários das mesmas, tal assunto foi aprovado. O Senhor Presidente agradece a
540 presença de todos, lembrando que todos se encontrarão novamente na próxima
541 reunião que acontecerá no dia 30 de Março de 2005.

542

543 Após isso, dá-se por encerrada a 107ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
544 Previdência Social. Para constar, eu, Maria Aparecida Dutra Siqueira, lavrei a
545 presente Ata. Brasília, 09 de março de 2005.